



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 31 DE JANEIRO DE 2013

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Isabel Domingos

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Adérito Bonfim

SUMÁRIO

O Sra. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 9 horas e 30 minutos.

A Comissão dos Assuntos Sociais, 3.ª Comissão, auscultou o Sr. Enfermeiro (Hugo Medeiros) para se inteirar da petição enviada a Assembleia Nacional relacionado com um caso ocorrido no Hospital Central que originou a suspensão do Sr. Hugo. Intervieram, a

diverso título, além do Sr. Enfermeiro (Hugo Medeiros), os Srs. Deputados Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Adllander Matos (MLSTP/PSD) e Edite Salvaterra (PCD).

O Sra. Presidente encerrou a reunião quando eram 10 horas e 10 minutos.

A Sra. **Presidente** (Filomena Monteiro): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrático (MLSTP/PSD):

Adlander Costa de **Matos**

Deolindo Luís da Trindade **da Mata**

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva

Hélder das **Neves**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Maria **Edite Salvaterra** Pinto

A Sra. **Presidente**: — ... *deficiências na gravação...* a Comissão dos Assuntos Sociais, tendo em conta o conteúdo da carta endereçada ao Presidente da Assembleia Nacional, gostaríamos ouvir o Sr. Hugo Medeiros para depois fazermos o juízo da mesma e saber que rumo poderemos dar a esta mesma petição.

Confessamos que não estamos aqui, praticamente, como juízes que poderemos dizer que vamos resolver a questão em causa, mas sim poderemos emitir o nosso parecer relativamente a carta endereçada ao Presidente da Assembleia nacional.

Portanto, gostaríamos de ouvir o Sr. Hugo Medeiros e serviremos de mensageiros para o Presidente da Assembleia, posteriormente.

O Sr. **Enfermeiro** (Hugo Medeiros): — Sra. Presidente, Srs. Deputados: Fui chamado para fazer algumas considerações e ser auscultado do caso que aconteceu comigo.

O que aconteceu foi o seguinte: Sou enfermeiro, estive de serviço no banco de urgência, salvo erro, no dia 10 de Fevereiro e deu entrada uma criança de nome Sílvia Martins, que estava com muita febre. Era eu, como enfermeiro, e a Dra. Maria Tomé, médica.

Então, fizemos tudo que podíamos fazer pela criança e, por último, fomos obrigados a fazer um banho frio, porque não havia de meios de a febre passar. Nessa forma de tratar, a mãe anotou essa situação e logo de manhã ao sair ela pediu-me o contacto para depois continuar a tratar a criança na minha clínica. Disse a mãe da criança que não tenho clínica, nem trabalho em nenhuma clínica. Entretanto, deixei-a com o meu número de telefone para que, se houvesse alguma situação relacionada com algum médico ou coisa do género, usaria as minhas influências para ajudá-la e assim foi.

Dois dias depois a mãe da criança ligou para mim, dizendo que a criança estava bastante mal. Fui a pediatria e vi essa criança quase em coma e a mãe falou algumas coisas e disse que o médico não estava a dar muita atenção a criança e, como conheço o médico que estava a atender a criança, senti complexos de dizer alguma coisa ao médico.

Vi que a criança estava muito mal e eu disse a mãe, «olha, deixo-lhe o meu contacto e assim que o seu marido vier dá-lhe o contacto», não lhe podia dizer mais nada para que não entrasse em pânico. Mal o marido chegou, contactou-me e liguei para a doutora pediatra cubana que estava cá no País na altura, Dra. Neida, e ela foi ver a criança e disse que não podia atendê-la porque todas as terças-feiras os casos mais complicados são vistos por uma comissão que lá havia. Disse-lhe que era e ela me disse que não podia ir, porque não devia e que só podia ir na quarta-feira vê-la quando estivesse a fazer a visita normal.

Ela, assim que viu a criança, evacuou-a da pediatria directamente para cuidados intensivos. Essa criança estava entubada, tinha oxigénio, estava algaliada, tinha soro e tinha plasma, mas lamentavelmente não esperei que a situação piorasse se não teria feito fotografia a essa criança no estado em que estive no banco de urgências.

Depois, no mesmo dia quiseram dar sangue a criança e o hospital não tinha reagente para fazer o teste de hemoglobina. Então lembrei que o projecto «saúde para todos» faz isso e disse a Sra. Conceição, que é técnica das relações públicas aqui da Assembleia, por acaso é minha vizinha e parente da criança e estivemos a ajudar o pai com a criança, é que me lembrei que o Posto da Cidade Trindade e o da Capital também fazia esse tipo de exame. Pedi para colherem o sangue, que é colhido num tubo chamado «tubo seco», levei para a delegacia de saúde, tanto é que apresentei o documento do banco de urgência do serviço de cuidado intensivos e o técnico não teve a amabilidade de fazer o exame e tinha que recorrer ao administrador da delegacia, onde ele é que pôs o visto para que o exame fosse feito sem pagar, porque esse exame tinha que ser pago lá, atendendo que não era situação de urgência e não estava no hospital. Então o administrador teve o bom senso de assinar para ser feito sem pagar.

Depois o pai da criança viu que a criança estava muito mal e pediu a doutora pediatra um relatório clínico, o estado de saúde da criança, para ele conseguir um visto junto da embaixada de Portugal para evacuar a sua criança por sua conta e risco. Assim foi, a doutora fez isso, ele tratou de tudo e depois mais tarde, porque o estado da criança

tinha que ser acompanhado com um técnico da saúde, médico ou enfermeiro, e um familiar. Como era muita despesa, o pai entendeu que só tinha que ir um técnico e não um familiar, porque tinha famílias para receber a criança em Lisboa.

Entretanto, depois de falarem comigo, a Sra. Conceição também falou comigo, levei quase dois dias para dar a resposta e acabei por aceitar. Dirigi-me ao Ministério, falei com a minha directora, pus-lhe a situação e ela estava sensível.

Quando o pai tratou da passagem, viram depois que para a criança ser transportada tinha que ir oxigenada e só para isso a *STP Airways* pediu cinco ou sete mil euros. Então o pai viu que era muito dinheiro e, atendendo que a *STP Airways* é uma empresa em que o Estado tem também uma quota-parte, dirigiram ao gabinete do Primeiro-Ministro a pedir apoio; foram a Sra. Conceição e o pai da criança. Depois ligaram para mim, o pai estava naquela situação de ver a criança a morrer e pediu que os acompanhasse, caso houvesse alguma situação clínica para fazê-los entender, que explicasse.

Assim foi e lá fomos atendidos muito bem por uma senhora chamada Isabel Domingos, responsável do Gabinete do Primeiro-Ministro para os assuntos sociais, e orientou-nos e saímos. Nessa cortesia de despedida, disse-lhe «a senhora como uma das responsáveis do País tem que ver se ajuda a Ministra da Saúde a pôr Inspecção Geral da Saúde a funcionar porque, havendo essa inspecção a funcionar, situações dessas não ocorreriam, ou se ocorrerem não seria com muita frequência. Porque o caso específico dessa criança, foi o mau acompanhamento». Foi isso que disse e fui-me embora.

A Sra. Isabel Domingos pega no telefone móvel, liga a Sra. Ministra, que estava numa actividade qualquer na zona de Cantagalo, a solicitar se sabia de uma criança que estava bastante doente, em que os familiares apareceram acompanhados de um enfermeiro alto chamado Hugo Medeiros, que fez um monte de escândalo no corredor do Palácio do Governo e foi-se embora.

Dentro de pouco tempo o Gabinete da Ministra liga para mim que queriam ver-me as 14 horas. Fui ao Ministério, organizaram uma reunião no hospital, no gabinete do administrador, então essa reunião era mesmo para acabar comigo. A Sra. Ministra disse que fiz confusão no corredor e disse-lhe, «olha, a Sra. Ministra está a pôr em causa a segurança do próprio gabinete do Sr. Primeiro-Ministro; com tanta câmara de vigilância lá se tivesse feito alguma coisa não seria chamado, ou interpelado pelos seguranças?». Disse-me ela, «ah, o senhor também foi divulgar um segredo profissional, dizendo que o hospital está mal».

Nisso tudo, houve lá bate-bocas, ela falou e também falei e o que ela não gostou foi quando disse que «os sucessivos governantes têm a filosofia de avestruz, querem estar na cadeira do poder e não querem fazer nada, fogem os problemas». Ela disse que não, que ela faz.

Porque caso desse não é para tanto, não matei ninguém, não divulguei nenhum segredo profissional, foi uma verdade que todo o mundo sabe. Que o hospital estava mal, que não há nada e que coisas essenciais para se preocuparem, não se preocupam.

Disse a Sra. Ministra, «Sra. Ministra, senhora não é médica, mas tem o mínimo conhecimento da área da saúde, uma pessoa para ser técnico de saúde tem que ser gente com conceito humanitário porque o serviço da saúde não é um ramo qualquer, não é como ser marceneiro, ou alfaiate, se estragar uma peça de vestido ou de madeira repõe-se. Está-se a lidar com vidas humanas». Ela não gostou dessas verdades.

Umaz vezes ela ia para o hospital e perguntava o que é que havia; lá no nosso hospital, quando havia injeção não havia seringa e quando havia seringa não havia injeção. Já houve caso, em que estive presente, em que um doente apareceu com hipertensão de 24, que é 240 por 18, a doutora mandou-me dar comprimido porque não havia seringas; disse a doutora, «desculpa, mas eu não vou dar porque se houver alguma repercussão amanhã vão dizer que o enfermeiro é que deu; se não se importar, arranja alguém para fazer isso». Depois a Sra. Ministra apareceu lá mais tarde e eu disse a ela que não havia seringas, ela aborreceu-se, foram lá para a farmácia e apareceram as seringas.

Um outro dia não havia fusimida, que é um hipertensor, que o doente devia levar para fazer, foram para a farmácia e vieram logo 50 ampolas; afinal, as pessoas têm medo de falar, então quer dizer que vocês recebem medicamentos para dar doentes e não dão.

Isso passou e, pronto, ela não gostou e fez a encomenda de um processo disciplinar contra mim, inventando coisas, fizeram uma acta daquela reunião, ela foi a primeira pessoa a assinar, a Dra. Feliciano, que é administradora clínica, assinou e levaram para mim para assinar e depois disse, «olha, desculpa, não vou assinar a acta porque não disse isso e faltou isso, isso, isso». Disseram-me, «ah, a Sra. Ministra já assinou (...)» e lhes respondi, «olha, diga a Sra. Ministra que o Sr. Hugo Medeiros disse que é ela que presidiu a reunião é a última a assinar a acta, se ela não sabe fica a saber e eu não assino a acta». Levaram para o meu gabinete e não assinei.

Isso foi agudizando e depois mais tarde chamou o meu irmão Óscar Medeiros, que era director da televisão, e deu queixas; disse que não devo trabalhar mais e estou a trabalhar e um monte de coisas. Esta senhora, sinceramente, foi o elo mais fraco desse governo e da nossa sociedade até hoje. Há muito mais coisas, mas como o tempo é limitado não sei se terei tempo para o fazer.

Essa criança complicou mais por causa da Sra. Feliciano, a directora clínica foi chamada numa terça-feira em que a criança piorou: o Dr. Lesley Neto, que era o médico de serviço, chamou a Dra. Feliciano umas quantas vezes e ela disse que estava longe e que não dava para ir. Entretanto, ela mandou chamar o cirurgião, mas o Dr. Lesley voltou a dizer – estive a ouvi-los, «doutora, desculpe, isso não é nada com o cirurgião, tem que ser consigo». Então, ela voltou

a dizer que estava longe e que não dava para ir e não foi. A criança piorou e quando a Ministra ligou para ela para saber do caso ela não sabia.

Mas há uma rotina lá no nosso hospital que dizem «passagem de turno», uma situação dessas, aquela criança já tinha sido internada nos cuidados intensivos, dois ou três dias e directora clínica, pediatra nacional não sabia. Isso é para os Srs. Deputados verem como é que o hospital funcionava, agora não sei porque já não estou lá.

Depois, fui suspenso de fazer piquete, não podia trabalhar, por acaso o irmão da senhora directora clínica é enfermeiro director, eles cozinham lá uma coisa e foram dizer, «a Sra. Ministra disse que o Sr. Hugo está suspenso de trabalhar no banco». Disse, «olha, desculpe, quando vim para o banco fiz uma carta (...)», porque lá do banco de urgência só fazia *part-time*, tenho o meu sector, «dirigida ao senhor director da enfermagem e ele concordou e vim e agora já não me querem? Dêem-me algo por escrito, assim verbalmente não dá, não estamos neste mundo mais de boa a boca». Ele disse que não, então disse-lhe, «olha, diga a Sra. Ministra para fazer um despacho porque quero ter um documento».

Como essa senhora era quem era naquele governo não se fez nada e ficou assim. Fiz tantas cartas, como consta aqui no relatório, relatando tantas situações e nenhuma valeu. Inclusive fiz uma carta a contestar que não havia acto de denúncia para que ela possa me levantar um processo disciplinar, bastou-lhe um triste telefonema da Sra. Isabel Domingos, que mais tarde andou a renegar, dizendo que não foi ela que me deu o castigo, que estou com o nome dela na boca.

Se os Srs. Deputados repararem no documento, está lá a dizer que eu abandonei o serviço na hora normal de expediente e fui ao palácio do Governo tratar do assunto, que também respondi a dizer que «o palácio do Governo não atende ninguém fora de hora normal de expediente e Hugo Medeiros não estava de serviço, que deixou algo por fazer que alguém fez por mim». É uma situação, quer dizer, vê-se mesmo que o documento foi encomendado e tinha que concluir.

Assim, escrevi para o Sr. Primeiro-Ministro, ele não respondeu e avisei-os lá, «se vocês não me derem uma resposta dez dias depois, enviarei essa carta e cópias para alguns órgãos de soberania do País». Assim foi, entreguei aqui e a que enviei para Procuradoria-geral da República o Sr. Procurador mandou uma nota a dizer que o meu castigo foi ilegal lá para o Ministério. A Sra. Ministra não respondeu, foram lá para o sector jurídico e fizeram aquilo que fizeram.

Antes de ontem e ontem andei lá no Ministério a procurar o parecer do despacho desse documento para trazer e não viram o documento; até hoje não viram o documento, nem está na secretaria, nem está lá com o senhor assessor jurídico do Ministério e assim é.

A situação também da senhora directora clínica, ela como pediatra, tinha um menino que hoje está em Lisboa a minha custa nos cuidados especiais por causa da audição. O menino era doente, tinha problemas nos ouvidos e o via muito perto da televisão e vi que ele ouvia mal; fiz-lhes alguns testes dentro da minha possibilidade e constatei isso mesmo; tenho cá cópias da ficha de tudo no meu dossier. Então, falei com essa Dra. Feliciano, ela uma vez o seguiu e chamou um médico otorrino para vê-lo e disse-lhe, «doutora, o meu filho tem amigdalite, é uma doença que aparece nas fossas nasais que a criança durante a noite ressona bastante e está sempre complicada com problemas graves».

Esta senhora deixou o estado de saúde do menino deteriorar-se porque, ouvi dizer, ela falou que estive em Lisboa durante muitos e tenho dinheiro para pagar passagem para o meu filho. Esse menino levou tanto antibiótico, uma vez havia um antibiótico que não tinha dinheiro para comprar, fui pedi-la isenção – como já estava lá a trabalhar no banco de urgência, ela assinou-a e só fui levantar aquele antibiótico.

Não seguiu o menino, quando veio um otorrino, dois anos depois, e descobriu que ele tinha problemas de amigdalite, fez proposta de evacuação e a doutora disse, «ah, que não há problemas, o senhor é enfermeiro daqui, nós conhecemos o senhor e a gente passa».

Estava a passar o tempo, fiz contactos em Lisboa e tudo mais, a situação do menino estava a piorar e fui ter com a doutora e disse-lhe, «senhora doutora, vim saber como está a situação do meu filho»; ela respondeu-me, «ah, já disse que a criança para ter junta tem que internar», enquanto já me havia dito que não era preciso o menino internar.

O menino depois piorou, internou, paguei taxa de ocupação de cama do hospital – tenho esse documento aqui no dossier. Depois numa terça-feira fui a secretaria solicitar se já estava o relatório do meu filho para ser acompanhado na consulta naquele dia, ela viu-me a falar, aliás, a senhora da secretaria foi perguntar se ela me podia dar o despacho e ela disse que não e fui-me embora.

Ao dar a volta ouvi ela a dizer ao Director-geral, «esse Sr. Hugo Medeiros vem aqui para tomar o relatório do seu filho para levar» e contestei, «doutora, queira-me desculpar, não vim tomar, vim solicitar se me podiam dar, não me deram e estou de caminho». Ela continuou a zangar-se com aquelas atitudes prepotentes – que essa gente era donas lá do hospital, e tive uma atitude um bocado ingrata, porque ela começou a berrar tanto na varanda e disse-lhe, «olha, desculpa, a senhora dava mais para ser representante lá da feira do ponto do que estar aqui como directora clínica». Ela tem gabinete, devia chamar-me lá para o seu gabinete a todo o momento e iria. Também tenho a minha reputação e tenho que me defender e disse aquilo.

Ela cozinhou tudo isso e fez com que me dessem um castigo. Deram-me um castigo de 45 dias de suspensão de salário e remuneração e fiquei nove meses sem receber. Até hoje não me pagaram turnos que fiz – cerca de 17 ou 20 turnos, no banco de urgências e no posto sanitário de Vigoso no mês de Março e Abril de 2011. Até hoje não me pagaram e estou impedido de trabalhar no banco de urgência.

Aquela senhora ex-Ministra interferia na classe de enfermagem, aquela senhora tirou uma enfermeira no banco de urgência por ter sido sua madrasta, ou por alguma rivalidade que tinham e mandou para um outro serviço. Agora, banco de urgência, Srs. Deputados, é um sector chave do hospital e tem que haver gente com qualidade e espírito humanitário para lá trabalhar.

Uma vez numa reunião disse-lhes, «você os médicos ficam em casa a dormir numa boa e os enfermeiros a trabalhar, sem medicamentos e sem condições; imaginem que chega um doente e o enfermeiro, ou técnico se não cuidou a tempo, esse enfermeiro é que fica mal visto».

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Hugo Medeiros acabou de fazer toda a explanação relativamente àquilo que tinha que expôs e acho que fê-lo de acordo ao que faz referência na carta endereçada.

O Sr. **Enfermeiro**: — Sim e pedi lá indemnização por danos morais, o meu salário que ficou cancelado durante nove meses, uma parte pagaram com efeitos retroactivos e a outra não. Se o Estado não paga a indemnização ele deve imputar a pessoa que provocou a situação a pagar isso.

Espero que a culpa não morra solteira.

A Sra. **Presidente**: — Gostaria apenas que me clarificasse esse aspecto. No decorrer do tempo, informa que já foi pago qualquer coisa, não é?

O Sr. **Enfermeiro**: — Sim, sim.

A Sra. **Presidente**: — O que é que recebeu, salário?

O Sr. **Enfermeiro**: — Recebi o salário referente à seis meses, salvo erro, só em Novembro do ano 2011. Outros não recebi, porque quando terminei o castigo, quer dizer, se repararem lá no despacho dá-me impressão, no relatório que o senhor inspector fez, em que propôs o meu castigo, fiquei com a sensação que ele assinou isso no carro. Porque no documento está, esta é a capa do meu processo, «urgente; concordo; ao gabinete da Ministra dos Assuntos Sociais para os devidos efeitos».

Ela recebeu este documento no dia cinco do mesmo dia e havia chamado o meu irmão, Óscar Medeiros, que era do grupo do governo deles, a dizer que estou suspenso e que se continuar a trabalhar no hospital iria mandar chamar a polícia para prender-me. O meu irmão ligou para mim, zangou-me e disse que eu estava a desobedecer as autoridades e não tinha conhecimento ainda que já estava suspenso.

Entretanto, até quis desafiá-la, vestir e ir trabalhar para ver se algum polícia ia lá prender-me. Mas, conforme estava aquele poder, não se podia fazer nada e, pronto, deixei estar e a situação e ficou como ficou.

A Sra. **Presidente**: — Não sei se os Srs. Deputados têm perguntas a fazer relativamente a explanação do peticionário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Só tenho uma pergunta para me situar no esclarecimento.

Saber se essa petição também foi para o Ministério Público e se houve, portanto, pela explanação parece-me que houve uma passagem em que dizia que o tribunal, ou o Ministério Público tem um despacho qualquer que dá razão ao peticionário.

É isso que gostaria de saber, se o assunto está na justiça ou se já houve um resultado.

O Sr. **Enfermeiro**: — O assunto foi parar nas mãos de alguns órgãos de soberania, como veio também para a Assembleia.

No entretanto, como eu não tinha feito nenhuma queixa-crime contra o Ministério, o Sr. Procurador-geral enviou o seu parecer para o Ministério e que não foi respondido. Já há um ano que não houve resposta, a doutora que seguiu ligou lá para o Ministério a solicitar e, pronto, de acordo com a imunidade que a senhora tinha não respondeu e não fez nada até hoje.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Quer dizer que não houve nenhuma queixa-crime?

O Sr. **Enfermeiro**: — Não houve nenhuma queixa-crime, mas houve uma participação. Conforme trouxe uma petição para a Assembleia levei também para a Procuradoria-geral da República.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adllander Matos para uma intervenção.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Hugo Medeiros: Gostaria antes de mais de reforçar, pelo facto da Mesa da Assembleia baixar para a 3.^a Comissão a sua preocupação, cabe a 3.^a Comissão Especializada da Assembleia Nacional emitir um parecer face à essa situação.

Como gostaríamos de emitir um parecer responsável e verdadeiro foi assim que decidimos diligenciar no sentido de auscultar as partes envolvidas na situação, para permitir que no final emitamos um parecer sobre este caso a Mesa da Assembleia.

Fiquei com alguma dúvida e gostaria de obter alguns esclarecimentos. A primeira, fazia referência que estava a aproximadamente oito meses sem receber o salário e depois pareceu-me entender que foram pagos seis meses; gostaria de saber ao certo o que é que não se pagou, o que é que o Sr. Hugo gostaria que fosse pago para clarificar melhor o nosso posicionamento na feitura do relatório.

A segunda questão, o Sr. Hugo neste momento já se encontra a trabalhar, mas está impedido de trabalhar no banco de urgência?

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Hugo para responder.

O Sr. **Enfermeiro**: — Depois de cumprir o castigo voltei ao banco de urgência – o meu castigo já estava no fim e perguntei quando é que poderia retomar aos serviços do banco de urgência. O enfermeiro responsável estava sensível e quis que eu integrasse, mas a directora clínica e o enfermeiro director, que por sinal é irmão dela, bloquearam-me.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Só para sermos mais objectivos, neste momento o que é que o Sr. Hugo precisa ver esclarecido, resumidamente, para facilitar a nossa apreciação?

O Sr. **Enfermeiro**: — Dado que o castigo foi ilegal por não haver argumentos ou factos, sobretudo o tal auto de denúncia que faltou no processo disciplinar, não concordo com a situação de que fui vítima e gostaria que isso fosse ratificado, ou coisa do género, para limpar o meu cadastro.

Porque sou cadastrado, isso entra no meu processo e inclusive saiu no Diário da República. Tenho cá uma cópia do Diário da República a dizer que fui castigado, é uma situação terrível. Quando vejo que ajudei a salvar uma criança para ter tamanho castigo e ver tamanha injustiça, quer dizer, é humilhante.

Queria que esse castigo fosse invalidado e o consequente pagamento daquilo que me devem, a parte do salário que falta. Porque o relatório do senhor inspector diz que são 45 dias, fiquei nove meses sem salário e só me pagaram seis meses.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, só para clarificar mais uma situação: o despacho proferido pela Sra. Ministra da Saúde e Assuntos Sociais de então datava de 6 de Abril de 2011, pode nos precisar qual é a data que tomou conhecimento oficial do despacho? Sabia que estava a ser sancionado com 45 dias de suspensão?

O Sr. **Enfermeiro**: — Tenho comigo esse documento, mas infelizmente não o trouxe comigo.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Foi-lhe comunicado verbalmente ou formalmente a sua suspensão?

O Sr. **Enfermeiro**: — Quem me comunicou que eu estive suspenso foi o meu irmão quando atacou-me a zangar no dia 5 de Abril, a dizer que estive a ser desobediente com o Ministério e com as autoridades, que a Sra. Ministra ia mandar prender-me no hospital.

A Sra. **Presidente**: — Desculpa, no dia 5 de quê?

O Sr. **Enfermeiro**: — No dia 5 de Abril, quando ela recebeu o relatório do processo disciplinar, fez o que fez. Porque não vi nenhum despacho oficial, nem tão pouco vi nada na vitrina da minha direcção – sou da direcção dos cuidados de saúde. Nada saiu lá a dizer que estou suspenso a partir de tal data. Fui solicitando a pedir para trabalhar e se repararem há lá um documento que deram a directora dos cuidados de saúde a dizer que estava suspenso, mas lá não diz de data X a data Y.

O Sr. **Adllander Matos** (MLSTP/PSD): — Mas quando é que tomou contacto desse despacho? Já no decorrer no período da suspensão, ou por diligência sua?

O Sr. **Enfermeiro**: — Por diligência minha, e para fazer o meu irmão saber que ainda não tinha nada comigo.

A Sra. **Presidente**: — Quer dizer que foi suspenso sem documentos nenhum e sem tomar conhecimento por escrito? Porque tinham que lhe mandar uma nota para tomar conhecimento, ou a direcção que fazia parte tinha que lhe chamar para tomar conhecimento disso depois para ser suspenso; não foi o caso, foi isso que percebi?

O Sr. **Enfermeiro**: — Nenhum desses trâmites foram feitos. Quer dizer, como era um assunto que era para afastar-me mais rápido do hospital, ou do sistema, ou para me castigar, então isso foi assim.

A Sra. **Presidente**: — Não sei se outros Deputados querem fazer perguntas? Tem a palavra a Sra. Deputada Edite Salvaterra para uma intervenção.

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Queria fazer uma pergunta ao Sr. Hugo Medeiros. Além de recorrer-se a justiça através do Sr. Procurador-geral da República, fê-lo a mais alguma instância? Ou só a Procuradoria-geral da República?

O Sr. **Enfermeiro**: — Não, conforme entreguei esse documento aqui, entreguei-o a Presidência da República, ao Presidente do Tribunal Supremo e a Ordem dos Advogados.

A Sra. **Presidente**: — Gostaria de precisar que temos aqui em mãos um relatório médico que geralmente qualquer médico faz relativamente a um paciente que deve ser evacuado; mediante esse documento não conseguiu a junta médica?

O Sr. **Enfermeiro**: — Não, o relatório médico foi para o pai conseguir visto ao nível da embaixada. Entretanto, como isso aconteceu – desculpem a expressão, como deu essa «bronca», então o Ministério assumiu, fez junta para a criança e ela foi evacuada tudo a custa do Ministério.

Tanto é que lá descobriram que a criança tinha apanhado um AVC aqui e tinha também meningite. A criança foi evacuada 15 dias depois para Portugal.

A Sra. **Presidente**: — Tendo em conta as informações recebidas pelo Sr. Hugo Medeiros, como já havíamos dito que não estamos aqui para resolver, ouvimos de si e a 3.^a Comissão irá reunir-se de novo para apreciar as informações recebidas cá e emitir um parecer ao Presidente da Assembleia Nacional.

Temos ainda o Sr. Deputado Arlindo Barbosa que quer intervir.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, talvez em termos finais e fazer algumas propostas.

Como disse e disse bem, a Assembleia não está aqui para julgar e qualquer sentido do parecer vai cair no Governo em termo de conselho, se repõe ou não; o Governo pode ter razão da sua parte; o peticionário pode tê-la da sua parte.

Um primeiro conselho que gostava de deixar pelas explanações que foram aqui feitas é que o Sr. Hugo introduzisse uma queixa-crime para que o assunto ao nível da justiça corra. Sei que foi uma decisão tomada pelo anterior Governo através do Ministério, esse Governo não sei se tem a competência para anular ou não este acto.

Por outro lado, não sei Sra. Presidente, se também pudéssemos ouvir a outra parte – não sei se era justo...

A Sra. **Presidente**: — Segundo a nossa convocatória, ouvimos o Sr. Hugo, vamos também ouvir a Directora da DAF, o Director da Enfermagem e a Médica pediatra.

Estamos atrasados e já devíamos ouvir duas ou três pessoas.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Como vê, Sr. Hugo, a Assembleia está a jogar o seu papel para fazer a sua parte, mas não vai decidir nesse dossier. O que aconselhava é que acompanhasse o processo e introduzisse uma queixa-crime. Pela explanação que fez aqui eventualmente poderá ter razão, mas quem dá razão é a justiça.

A Sra. **Presidente**: — Também concordo com aquilo que disse o Deputado Arlindo Barbosa. Tendo em conta a carta endereçada, com os documentos ali narrados, seria melhor. Não estamos para julgar e vamos emitir o nosso parecer.

Não sei se o senhor tem algo mais a dizer.

O Sr. **Enfermeiro**: — Já não tenho mais nada a dizer e só tenho que agradecer o vosso empenho em fazer que esse momento viesse a acontecer.

A Sra. **Presidente**: — Posto isso, declaro encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estiveram ausentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

Isabel Domingos

Adérito Bonfim

Mário Fernando

Paulo Jorge